



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 9/2014

Disponibilização: 05 de maio de 2014

Período abrangido: 21 de abril a 02 de maio de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
- 2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
 - **FLORESTAS**
 - **PESCAS/AQUICULTURA**
- 3. AMBIENTE**
- 4. CULTURA**
- 5. DESPORTO**
- 6. ECONOMIA**
- 7. EDUCAÇÃO**
- 8. EMPREGO**
- 9. ENERGIA**
- 10. FINANÇAS**
- 11. JUSTIÇA**
- 12. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**
- 13. REGIÕES AUTÓNOMAS**
 - **AÇORES**
 - **MADEIRA**
- 14. SAÚDE**
- 15. SEGURANÇA SOCIAL**
- 16. TRABALHO**



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Resolução n.º 16/2014, de 29 de abril

(Ministério da Administração Interna)

Aprova o Plano de Emergência Externo da ETC — Terminais Marítimos, S. A. (concelho de Almada), o Plano Especial de Emergência de Proteção Civil do Centro Urbano Antigo de Coimbra, a 1.ª revisão do Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico e de Tsunamis no Algarve, o Plano de Emergência Externo do Complexo Químico de Estarreja (concelho de Estarreja) e a 1.ª revisão do Plano de Emergência Externo para o Complexo Industrial do Barreiro (Baía Tejo).

Resolução n.º 17/2014, de 29 de abril

(Ministério da Administração Interna)

Aprova os Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil de Coruche, Sabugal, Alfândega da Fé, Beja, Entroncamento, Évora, Mogadouro, Paços de Ferreira, Portalegre, Santa Maria da Feira, Vagos, Viana do Castelo, Vila Franca de Xira, Vila Flor, Vila Nova de Foz Coa e Vila Nova de Gaia.

Despacho n.º 5647/2014, de 29 de abril

(Ministério da Administração Interna)

Define os requisitos da aquisição e utilização de reproduções de armas de fogo para práticas recreativas.

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

• AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA

Portaria n.º 90/2014, de 22 de abril

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece, para o continente, o regime de apoio à promoção do vinho e produtos vínicos nacionais, e o regime de apoio à informação e educação sobre o consumo de bebidas alcoólicas do sector vitivinícola.

Declaração de retificação n.º 450/2014, de 30 de abril

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Retifica o Despacho n.º 4142/2014, de 12 de março, que determina as tarifas de referência aplicadas no cálculo das bonificações dos contratos de seguro de colheitas celebrados a partir de 1 de janeiro de 2014.

• FLORESTAS

Despacho n.º 5711/2014, de 30 de abril

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Homologa o Regulamento das normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro, construção e manutenção dos pontos de água, infraestruturas integrantes das redes de defesa da floresta contra incêndios.



Despacho n.º 5712/2014, de 30 de abril

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Homologa o Regulamento das normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro, construção e manutenção da rede viária florestal, infraestruturas integrantes das redes de defesa da floresta contra incêndios.

Despacho n.º 5802/2014, de 02 de maio

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Homologa o Regulamento das especificações técnicas em matéria de defesa da floresta contra incêndios relativas a equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural.

• **PESCAS/AQUICULTURA**

Decreto-Lei n.º 61/2014, de 23 de abril

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de agosto, que cria o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca.

Portaria n.º 92/2014, de 28 de abril

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece, para 2014, um período de exercício da pesca do camarão-branco-legítimo com armadilhas de gaiola.

3. AMBIENTE

Despacho n.º 5617/2014, de 28 de abril

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Autoriza a utilização de métodos de ensaio alternativos para controlo do teor de enxofre do gasóleo rodoviário, complementarmente aos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 142/2010, de 31 de dezembro, que altera o Decreto-Lei n.º 89/2008, de 30 de maio.

4. CULTURA

Despacho n.º 5775/2014, de 02 de maio

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece especificações técnicas relativas aos suportes da versão definitiva da obra a entregar pelos beneficiários de apoios à produção ao Instituto do Cinema e Audiovisual, I. P., e à Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I. P..



5. DESPORTO

Lei n.º 24/2014, de 28 de abril

(Assembleia da República)

Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras das finais das competições UEFA Champions League e UEFA Women's Champions League da época 2013/2014, bem como dos clubes desportivos, respetivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da organização e participação naquelas partidas.

6. ECONOMIA

Decreto-Lei n.º 62/2014, de 24 de abril

(Ministério da Economia)

Transpõe a Diretiva n.º 2013/10/UE, da Comissão, de 19 de março, que altera a Diretiva n.º 75/324/CEE, do Conselho, de 20 de maio, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes às embalagens aerossóis, a fim de adaptar as suas disposições de rotulagem ao Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 61/2010, de 9 de junho.

7. EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 60/2014, de 22 de abril

(Ministério da Educação e Ciência)

Estabelece um regime excecional para a seleção e o recrutamento do pessoal docente dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência.

Despacho n.º 5806/2014, de 02 de maio

(Ministério da Educação e Ciência)

Prorroga o período dos manuais escolares atualmente adotados da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica dos 1º, 5º, 7º, 10º, 11º e 12º anos de escolaridade.

8. EMPREGO

Lei n.º 23/2014, de 28 de abril

(Assembleia da República)

Regula a base de dados e os dados pessoais registados objeto de tratamento informático no âmbito do regime de exercício da atividade de segurança privada, aprovado pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.



Portaria n.º 94/2014, de 30 de abril

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Determina a extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação Portuguesa das Empresas do Sector Elétrico e Eletrónico e a FETESE - Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços e outros.

Portaria n.º 95/2014, de 30 de abril

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Determina a extensão do contrato coletivo entre a ANCAVE - Associação Nacional dos Centros de Abate e Indústrias Transformadoras de Carne de Ave e o SETAA - Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas.

9. ENERGIA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2014, de 24 de abril

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova determinadas condições da oferta pública de venda da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A., e o caderno de encargos da venda direta institucional.

Despacho n.º 5617/2014, de 28 de abril

(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Autoriza a utilização de métodos de ensaio alternativos para controlo do teor de enxofre do gasóleo rodoviário, complementarmente aos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 142/2010, de 31 de dezembro, que altera o Decreto-Lei n.º 89/2008, de 30 de maio.

10. FINANÇAS

Lei n.º 24/2014, de 28 de abril

(Assembleia da República)

Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras das finais das competições UEFA Champions League e UEFA Women's Champions League da época 2013/2014, bem como dos clubes desportivos, respetivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da organização e participação naquelas partidas.

11. JUSTIÇA

Regulamento n.º 172/2014, de 23 de abril

(Câmara dos Solicitadores)

Aprova o Regulamento do Fundo de Garantia dos Agentes de Execução.

Lei n.º 22/2014, de 28 de abril

(Assembleia da República)

Vigésima alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.



Decreto-Lei n.º 63/2014, de 28 de abril

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro, que cria as secções de processo executivo do sistema de segurança social, define as regras especiais daquele processo e adequa a organização e a competência dos tribunais administrativos e tributários.

Acórdão n.º 253/2014, de 28 de abril

(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma resultante da interpretação dos artigos 380.º e 411.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, com o sentido de que o prazo para interposição do recurso começa e continua a correr a partir do termo inicial previsto no referido artigo 411.º, n.º 1, mesmo quando o arguido, ao abrigo do disposto no artigo 380.º, n.º 1, alínea b), tenha requerido a correção da sentença, assim confirmando o Acórdão n.º 403/13, proferido em 15 de julho de 2013 pela 2.ª Secção deste Tribunal.

12. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho (extrato) n.º 5788/2014, de 02 de maio

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Cria o Consulado Honorário de Portugal em Punto Fijo, República Bolivariana da Venezuela, dependente do Consulado Geral de Portugal em Valência.

Despacho (extrato) n.º 5789/2014, de 02 de maio

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Cria o Consulado Honorário de Portugal em Indianápolis, Estado de Indiana, dependente da Embaixada de Portugal em Washington.

13. REGIÕES AUTÓNOMAS

• AÇORES

Decreto Legislativo Regional n.º 6/2014/A, de 28 de abril

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico do trabalho portuário constante no Decreto-Lei n.º 280/93, de 13 de agosto, e estabelece normativos sobre formalidades respeitantes ao efetivo dos portos da região.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2014/A, de 29 de abril

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Aprova a Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2012.



- **MADEIRA**

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 4/2014/M, de 21 de abril

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Regulamenta o Programa de redução de efetivos a realizar no âmbito dos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (Programa de Rescisões por Mútuo Acordo).

14. SAÚDE

Despacho n.º 5561/2014, de 23 de abril

(Ministério da Saúde)

Define os meios de emergência pré-hospitalares de suporte avançado e imediato de vida do INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica, IP, que atuam no âmbito do Sistema Integrado de Emergência Médica, e as bases gerais da sua integração na rede de serviços de urgência.

Despacho n.º 5635-A/2014, de 28 de abril

(Ministério da Saúde)

Determina a comparticipação dos medicamentos destinados a portadores de ictiose pelo Escalão A da tabela anexa à Portaria n.º 78/2014, de 3 de abril.

Despacho n.º 5681-A/2014, de 29 de abril

(Ministério da Saúde)

Determina a notificação obrigatória de doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública e publica em anexo a definição de caso das doenças sujeitas a notificação obrigatória.

15. SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 63/2014, de 28 de abril

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro, que cria as secções de processo executivo do sistema de segurança social, define as regras especiais daquele processo e adequa a organização e a competência dos tribunais administrativos e tributários.

16. TRABALHO

Lei n.º 25/2014, de 02 de maio

(Assembleia da República)

Procede à segunda alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/25/UE, do Conselho, de 13 de maio, que adapta determinadas diretivas no domínio do direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços, devido à adesão da República da Croácia.